



RESISTÊNCIA À VACINA: AS POLÊMICAS DO PASSADO E DO PRESENTE

VACCINE RESISTANCE: PAST AND PRESENT CONTROVERSIES

RESISTENCIA A LAS VACUNAS: CONTROVERSIAS PASADAS Y PRESENTES

Maxmiliano Martins Pinheiro¹

e422835

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i2.2835>

PUBLICADO: 02/2023

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal analisar as motivações que impulsionam a resistência de atores sociais perante a vacinação, tendo como relevo os diferentes contextos sociopolíticos da Revolta da Vacina, em 1904, e dos protestos decorrentes de grupos da extrema direita na conjuntura contemporânea. Por conseguinte, esta pesquisa tem como principal tarefa sublinhar as discrepâncias observadas entre as prerrogativas dos primeiros republicanos e dos cidadãos engajados nas manifestações de 2020, embora possam ser levantadas algumas confluências no vasto campo das ideias disseminadas e vulgarizadas. Com isso, o leitor pode inferir que esse trabalho não reitera as análises históricas atuais que colocam as reações contra a vacina, manifestadas no passado e no presente, no lugar comum de um mero protesto engendrado por setores violentos da classe média. A fim de salvaguardar as diferentes circunstâncias e desígnios dos atores sociais inseridos nos diferentes contextos, alguns objetivos tornam-se capitais para o desdobramento desse estudo: primeiramente, cumpre investigar o cenário político e social da Primeira República onde despontou a Revolta da Vacina, com a mentalidade científica da época e as atuações autoritárias do governo e dos sanitaristas. Em seguida, serão examinadas as relutâncias contrárias às medidas de proteção ao combate da SARS-Cov2, geradora do coronavírus, lideradas por segmentos extremistas da contemporaneidade, verificando seus argumentos e posicionamentos políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Vacinação. Resistência. Contexto Histórico

ABSTRACT

The main objective of this article is to analyze the motivations that drive the resistance of social actors to vaccination, with emphasis on the different sociopolitical contexts of the Vaccine Revolt, in 1904, and the protests arising from extreme right groups in the contemporary context. Therefore, this research has as its main task to underline the discrepancies observed between the prerogatives of the first republicans and the citizens engaged in the 2020 demonstrations, although some confluences can be raised in the vast field of disseminated and vulgarized ideas. With this, the reader can infer that this work does not reiterate the current historical analyzes that place the reactions against the vaccine, manifested in the past and in the present, in the common place of a mere protest engendered by violent sectors of the middle class. In order to safeguard the different circumstances and intentions of social actors inserted in different contexts, some objectives become essential for the unfolding of this study: first, it is necessary to investigate the political and social scenario of the First Republic where the Vaccine Revolt emerged, with the scientific mentality of the time and the authoritarian actions of the government and sanitarians. Then, the reluctance against measures to combat SARS-Cov2, which generates the coronavirus, led by contemporary extremist segments, will be examined, verifying their arguments and political positions.

KEYWORDS: Vaccination. Resistance. Historical Context

RESUMEN

El objetivo principal de este artículo es analizar las motivaciones que impulsan la resistencia de los actores sociales a la vacunación, con énfasis en los diferentes contextos sociopolíticos de la Revuelta de la Vacuna, en 1904, y las protestas surgidas de los grupos de extrema derecha en el contexto

¹ IUPERJ (Universidade Candido Mendes).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

RESISTÊNCIA À VACINA: AS POLÊMICAS DO PASSADO E DO PRESENTE
Maxmiliano Martins Pinheiro

contemporâneo. Por tanto, esta investigación tiene como tarea principal subrayar las discrepancias observadas entre las prerrogativas de los primeros republicanos y los ciudadanos comprometidos en las manifestaciones de 2020, aunque se pueden plantear algunas confluencias en el vasto campo de las ideas difundidas y vulgarizadas. Con ello, el lector puede inferir que este trabajo no reitera los análisis históricos actuales que sitúan las reacciones contra la vacuna, manifestadas en el pasado y en el presente, en el lugar común de una mera protesta engendrada por sectores violentos de la clase media. Para salvaguardar las diferentes circunstancias e intenciones de los actores sociales insertos en diferentes contextos, algunos objetivos se vuelven esenciales para el desarrollo de este estudio: primero, es necesario indagar en el escenario político y social de la Primera República donde surgió la Revuelta de las Vacunas, con la mentalidad científica de la época y las acciones autoritarias del gobierno y sanitaristas. Luego, se examinarán las reticencias frente a las medidas de combate al SARS-Cov2, generador del coronavirus, lideradas por segmentos extremistas contemporáneos, verificando sus argumentos y posiciones políticas.

PALABRAS CLAVE: Vacunación. Resistencia. Contexto Histórico

INTRODUÇÃO

No cenário da pandemia causada pela Covid-19, ao longo de 2020, foram assistidas as mais diversas e inimagináveis manifestações em torno da possibilidade do contágio do vírus, suscitando acalorados debates consoantes à abertura de estabelecimentos, escolas, universidades, atividades culturais, entre outros; e da promoção de uma vacina eficaz que produza anticorpos para combater SARS-Cov2, doença resultante do coronavírus. Com efeito, a resistência contra vacinas não é um fenômeno social novo no Brasil republicano, embora as conjunturas sociopolíticas desvelem que tais motivações ocorreram por razões bem diferentes.

Pelos motivos acima assinalados, esta análise tem como objetivo geral estabelecer uma comparação entre o cenário político e social que sustentou a Revolta da Vacina de 1904 e as recentes manifestações de segmentos de extrema direita perante as medidas sanitárias contra a disseminação da Covid-19, o que inclui a possibilidade de algumas vacinas. Dessa forma, serão observadas as situações dos diferentes contextos e as motivações dos atores sociais engajados, ressaltando as diferenças de perspectivas, embora possam ser observadas, sob aspectos externos, confluências entre esses protestos. Entre os objetivos específicos, cumpre primeiramente abordar o ambiente sociopolítico da Primeira República onde eclodiu a “Revolta da Vacina”, destacando: o discurso positivista que negava a eficácia da vacina na época, a crítica ao projeto elitista de modernização urbana adotado por Rodrigues Alves em 1903, e o despreparo e autoritarismo das brigadas sanitárias em erradicar a insalubridade nos estratos periféricos da sociedade no Rio de Janeiro. O segundo objetivo tem como finalidade analisar, no contexto atual, as reações contrárias às medidas de proteção ao combate da SARS-Cov2, engendradas por segmentos ultraconservadores, destacando: os questionamentos acerca dos testes para a confecção da vacina contra a Covid-19, a defesa da “imunidade natural de rebanho” que suplanta a gravidade da doença, e o emprego do argumento “ético-político” que sublinha a defesa dos “direitos individuais” do cidadão contra a ingerência estatal nas questões de saúde pública.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

RESISTÊNCIA À VACINA: AS POLÊMICAS DO PASSADO E DO PRESENTE
Maximiliano Martins Pinheiro

Trata-se de uma metodologia qualitativa baseada em obras de sociólogos e historiadores, além de artigos publicados por especialistas na área de medicina. Sendo assim, a primeira parte do trabalho, que aborda o cenário da Revolta da Vacina, no início do século XX, tem como ferramentas as *Os Bestializados*, de José Murilo de Carvalho, e *Progresso e Autoritarismo no Brasil*, de Marina Gusmão de Mendonça, uma vez que compreendem o ambiente sócio-político da época, salientando o intuito do governo efetuar um planejamento urbano elitista e autoritário na capital do Rio de Janeiro, sob o prisma do “médico-engenheiro”, o despreparo das brigadas sanitárias e a reação das camadas políticas e populares. Também será inserida uma parte do discurso de Raimundo Teixeira Mendes, em seu artigo *Contra a vacinação obrigatória*, que desvela tanto os argumentos científicos como os éticos sobre os quais os positivistas se debruçaram. Na segunda parte do trabalho, serão analisados os artigos de Ruth Helena Bellinghini e Renato Santinho que analisam e rechaçam os argumentos teóricos dos grupos antivacina. Encontra-se também incluído o texto de Carlos A. M. Gottschall que sustenta a prerrogativa dos “direitos individuais” dos cidadãos contra a desmedida ingerência estatal em questões de saúde pública, impelindo-o a defender o confinamento parcial para combater a pandemia.

Em relação ao referencial teórico, dois conceitos são fundamentais para o desdobramento desse trabalho: o de perspectiva científica e o da liberdade civil perante a autoridade estatal. Desse modo, o conceito de entendimento científico é relevante porque mostra a diferença intelectual entre os segmentos que acionaram a Revolta da Vacina, em 1904, e os grupos ultraconservadores (incluindo os bolsonaristas) da atualidade. Enquanto os primeiros estavam ainda presos numa concepção científica ultrapassada que condenava a teoria microbiana embora apresentassem argumentos, os últimos valem-se do próprio negativismo científico, empregando teorias conspiratórias em lugar da ciência. Quanto ao conceito de liberdade individual, trata-se do termo que desvela maiores afinidades aparentes entre os protestos de ontem e de hoje. Mas o cenário do início do século XX mostrou que muitos segmentos que participaram da Revolta da vacina tinham motivo para pleitear seus direitos sociais em contraposição a um projeto autoritário, elitista e excludente, já que uma parcela da classe operária que teve suas condições de vida agravadas, fazia parte do movimento, o que é bem diferente da situação desses grupos de classe média que hoje advogam os direitos individuais do cidadão. Com base nesses dados, essa análise tem como resultado salientar que, apesar dos atores inseridos nos diferentes cenários desvelarem motivações similares, existem prerrogativas bem distintas que merecem ser elucidadas.

A REVOLTA DA VACINA E O CENÁRIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Os crônicos problemas relativos à insalubridade do Rio de Janeiro, no início do século XX, precisavam ser enfrentados com afincamento, sob a condição de colocar por terra todo o restante do projeto de modernização urbana da capital da República, que estava assentado no arranjo “médico-engenheiro”. Os principais perigos da insalubridade eram representados pela febre amarela, varíola, cólera, peste bubônica, tuberculose, que atacavam indistintamente os diversos segmentos sociais. O



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

RESISTÊNCIA À VACINA: AS POLÊMICAS DO PASSADO E DO PRESENTE
Maximiliano Martins Pinheiro

novo projeto, implantado em 1903, durante a administração de Rodrigues Alves, inclinava-se especificamente ao combate dessas moléstias e passaria a ser coordenado pela Diretoria Geral da Saúde Pública, subordinada ao Ministério da Justiça, sob o comando do médico-sanitarista Oswaldo Cruz.

No entanto, apesar de não consubstanciar a primeira intervenção estatal nas questões sanitárias, tal projeto de saúde pública já desvelava debilidades no início da sua execução. Segundo Marina Gusmão de Mendonça, o próprio combate às moléstias indicava um tratamento elitista perante a população que habitava na grande capital:

Excluía-se do projeto as moléstias cuja origem estivesse diretamente vinculada às condições de vida e de trabalho, como é o caso da tuberculose. Ao mesmo tempo, a intervenção estatal passou a se orientar, quase exclusivamente, à zona central do Rio de Janeiro, justamente a área cuja insalubridade provocava os maiores transtornos aos projetos governamentais, tanto que os habitantes dos subúrbios foram praticamente excluídos das grandes preocupações dos organismos de saúde pública, o que revela, desde logo, o sentido eminentemente elitista da modernização e do saneamento da capital (MENDONÇA, 1992, p. 46)

Tal intervenção sanitária gerou sérios descontentamentos nos mais diversos segmentos da população do Rio de Janeiro. Começando pelos estratos da grande e pequena burguesia que se opuseram às medidas sanitárias dos órgãos públicos, uma vez que essas classes as consideraram contrárias às prerrogativas constitucionais que asseguravam a propriedade privada e os direitos individuais (MENDONÇA, 1992). No entanto, as classes populares foram as mais prejudicadas por esse projeto de remodelação e saneamento da cidade, apesar dos sucessos obtidos no combate ao mosquito da febre amarela:

A necessidade premente e a eficácia da verdadeira guerra ao mosquito são indiscutíveis, pois se na epidemia de 1891 a mortalidade foi de 4. 454 pessoas, em 1904 esse índice foi reduzido para 48, no Rio de Janeiro. Todavia a população pagou um preço excessivamente alto por esses resultados, uma vez que, durante a obra de saneamento, a Saúde Pública fechou mais de 600 habitações coletivas, que abrigavam cerca de 13 000 pessoas, e a prefeitura demoliu por volta de 20 casas, desalojando mais de 1 000 moradores (MENDONÇA, 1992, p. 48)

Por essas razões entre muitas, eclode, em novembro de 1904, uma ação popular denominada “Revolta da Vacina” que foi engendrada pelos cidadãos que se viam afetados diretamente diante dessas medidas de saúde e, por conseguinte, estavam dispostos a ir até as últimas consequências para conquistar seus direitos. Entre os segmentos que se rebelaram contra a implantação da vacina obrigatória contra a varíola, destacaram-se: os militares jacobinos, operários e positivistas. Conforme José Murilo de Carvalho, os militares florianistas, o tenente-coronel Lauro Sodré e o major Barbosa Lima, após a aprovação do projeto da obrigatoriedade da vacina, recrudesceram a oposição contra o governo de Rodrigo Alves e contra as oligarquias estaduais, consolidando uma frente pela purificação da república (CARVALHO, 2004).

No caso do grande operariado, muitos faziam parte do chamado “Centro das Classes Operárias” que tinha feição popular embora heterodoxa. Carvalho ressalta que para as brigadas



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

RESISTÊNCIA À VACINA: AS POLÊMICAS DO PASSADO E DO PRESENTE
Maximiliano Martins Pinheiro

sanitárias “os alvos preferidos das visitas eram, naturalmente, as áreas mais pobres e de maior densidade demográfica (CARVALHO, 2004, p. 94). Portanto, essas brigadas perturbaram a vida de milhões desses moradores que se depararam na triste condição de abandonar seus lares quando condenados à demolição ou reformá-los segundo os protocolos sanitaristas. Sem contar que Pereira Passos, em querer transformar a capital na nova Paris, determinou medidas que interferiram no cotidiano das pessoas mais pobres, sobretudo os ambulantes e os mendigos (CARVALHO, 2004).

Os positivistas, por sua vez, figuraram o grupo oposicionista com maior manancial ideológico. Com efeito, a crítica intransigente do Apostolado Positivista do Brasil se alicerçava sob dois fundamentos: um epistemológico e outro político. Assim sendo, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes desqualificavam tanto a eficácia da vacina quanto as intervenções sanitaristas. Como assinala Carvalho:

Em 1904, na iminência da passagem da nova lei, recorreram a verdadeiro terrorismo ideológico, apontando na vacina inúmeros perigos para a saúde, tais como convulsões, diarreias, gangrenas, otites, difteria, sífilis, epilepsia, meningite, tuberculose. Outro ponto em que os ortodoxos insistiam era a falta de competência do poder público para invadir o recesso dos lares, seja pela inspeção, seja pela desinfecção, seja pela remoção dos doentes, ou sequestro, como preferem dizer. Sua campanha se fazia através da imprensa e de folhetos impressos pelo Apostolado e distribuídos entre deputados e entre a população (CARVALHO, 2004, p. 98).

Cumprido, desse modo, introduzir alguns argumentos que norteiam a crítica positivista em *Contra a vacinação obrigatória*, da autoria de Teixeira Mendes, não somente para corroborar com a observação acima, mas também para contrapor com posicionamentos levantados que desdenham a gravidade da SARS-Cov2 que serão apresentados na outra seção. Em sua argumentação científica, Teixeira Mendes assevera que a vacinação não se tornou experiência eficaz se compararmos a predisposição humana perante uma doença como a varíola:

Assim, para que o processo de vacinação fosse uma experiência científica, seria necessário que se pudesse comparar a predisposição do indivíduo para a varíola, nos dois estados de vacinado e não vacinado. Ora, esse cotejo é inexecutável, porque ninguém sabe em que consiste tal predisposição, a qual é apreciada empiricamente, *à posteriori*, conforme o indivíduo apanha ou não a bexiga. Nessas condições, como não admitir até que a vacinação pode vir juntar-se às circunstâncias predisponentes para a varíola, quando se veem pessoas vacinadas contraírem varíola, e sob as formas mais graves mesmo? (TEIXEIRA MENDES, 1904, p. 5).

Pode-se observar que uma das objeções científicas dos positivistas quanto à vacina se assentava na ausência de estudos que sublinhavam a propensão do organismo humano diante de uma moléstia advinda do meio. Outro fator problemático, que Teixeira Mendes retira da teoria biológica de Herbert Spencer, diz respeito às modificações das substâncias sólidas e líquidas do corpo humano, quando efetuadas pela vacina, podem trazer outros males nocivos ao próprio corpo (TEIXEIRA MENDES, 1904). De fato, toda argumentação científica dos positivistas ortodoxos contra a eficácia da vacina era decorrente da condenação de Augusto Comte à teoria microbiana das doenças visto que ele reprovava as pesquisas microscópicas por acreditar que os microfenômenos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

RESISTÊNCIA À VACINA: AS POLÊMICAS DO PASSADO E DO PRESENTE
Maximiliano Martins Pinheiro

estivessem submetidos a leis inacessíveis à racionalidade científica (MARITAIN, 1973). Comte sustentava que a biologia deveria ser uma ciência abstrata, isto é, incidindo não nos seres individuais, mas nos fenômenos. Sua ampla generalidade é definida através de uma constante correspondência entre o ponto de vista anatômico e fisiológico, exigindo que essa ciência constantemente una esses diferentes prismas (LEVY-BRUHL, 2019). Constata-se dessa forma o caráter abstrato que Comte atribuía à biologia, já que dessa ciência são empreendidos os estudos a respeito dos microfenômenos que propiciam as pesquisas microscópicas.

Entretanto, segundo Gustavo Biscaia de Lacerda: “a eficácia das vacinas não estava determinada no início do século XX e o governo queria forçar pessoas e famílias inteiras a vacinarem-se, mesmo que elas não tivessem convencidas da eficácia de tal procedimento” (LACERDA, 2016, p. 91-92). Com efeito, o fato de Teixeira Mendes ter utilizado algumas argumentações de Herbert Spencer em seu discurso, já que a filosofia evolucionista desse pensador inglês era uma forte adversária do positivismo comtiano durante a Primeira república, evidencia a dúvida quanto à eficácia das vacinas nessa época. Mas foi confirmado, no decorrer do século XX, ao contrário das objeções positivistas, que a vacinação é segura para prevenção de doenças, o que rechaça os corolários do positivismo científico que desprezam as pesquisas microscópicas.

Mas foram os argumentos éticos que enrijeceram a consistência da oposição do Apostolado Positivista contra a vacina. Observando as premissas de Teixeira Mendes, pode ser constatado que elas descortinam uma incredulidade não somente em relação à legitimidade da vacinação alicerçada pelo Estado, como uma flagrante censura ao modo violento da aplicação da vacina, sem respeitar o livre arbítrio dos indivíduos:

De fato, admita-se, o que é falso, que está cientificamente demonstrado que um certo vírus premune contra a varíola sem demonstrar aliás, de qualquer forma, o organismo humano. A aplicação desse vírus supõe pelo menos a sua escolha. Ora, como atribuir-se ao governo temporal competência para garantir a capacidade moral e mental dos funcionários encarregados, quer da escolha do vírus, quer da sua comprovação e distribuição, *ao ponto de impô-lo a todos pela violência?* O mais vulgar bom senso faz perceber que a ignorância ou a má fé dos vacinadores oficiais bastaria para tornar perigosíssima uma prática que fosse em si mesma inocente (TEIXEIRA MENDES, 1904, p. 35)

Sendo assim, o cerne da resistência positivista à vacinação de 1904 era precisamente o fato de ela ter sido *obrigatória*. Isso se explica por duas razões: primeiramente, Comte estabeleceu uma nítida separação entre os poderes temporal (referente ao governo) e espiritual (concernente à autonomia da sociedade civil). Por isso, quanto menos o aparato estatal sanitário interviesse na decisão dos indivíduos quanto à aplicabilidade da vacina melhor, não apenas pelo fato do cidadão ser livre, mas principalmente em respeito ao seu voluntário consentimento em submeter seu corpo a um agente externo. É propício inserir um dos comentários de Teixeira Mendes quando afirma que, longe de serem os positivistas os intolerantes, são os partidários da vacinação obrigatória que assumem esse papel porque “querem tiranizar os nossos corpos e os corpos dos que não creem na sua onisciência e na sua onipotência médicas” (TEIXEIRA MENDES, 1904, p. 10). O outro motivo foi



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

RESISTÊNCIA À VACINA: AS POLÊMICAS DO PASSADO E DO PRESENTE
Maxmiliano Martins Pinheiro

que os positivistas, assim como os outros segmentos sociais, sobretudo os trabalhadores que tiveram seus lares destruídos, testemunharam o despotismo empreendido pelo governo de Rodrigues Alves, ancorado na política urbanista de Pereira Passos, que negligenciava o direito à privacidade e moradia dos cidadãos cariocas, principalmente os mais pobres.

A PANDEMIA DA COVID-19 E O MOVIMENTO ANTIVACINA DA CONTEMPORANEIDADE

Em relação às controvérsias contemporâneas mediante a pandemia da Covid-19, podemos afirmar que os posicionamentos de grupos ultraconservadores, sendo eles bolsonaristas ou não, subestimam a gravidade da doença valendo-se não da ciência, mas precisamente do seu oposto: o negacionismo científico. Outra forma de argumentação, que nesse caso assemelha-se à oposição intransigente dos segmentos republicanos brasileiros que se posicionaram contra a vacinação de 1904, repousa na asserção do respeito às liberdades civis. Por isso, nossa tarefa é averiguar cada uma dessas posições.

Uma vez que ainda não foi criada em laboratório uma vacina eficaz que combata os efeitos da SARS-CoV2, os grupos antivacina apresentam como “argumentos” especulações que circundam em torno dos testes para a elaboração da vacina, do desdém acerca da gravidade da doença, e da conhecida “imunidade natural do rebanho”. Quanto à testagem da vacina, os grupos antivacina enfatizam que os testes em massa representam um dispositivo para impor à população a vacinação obrigatória. Ruth Helena Bellinghini (2020) assinala que para os chamados “antivaxx” (nome dados aos grupos que são contra a vacina), a proposta de testagem em massa da população estadunidense, por exemplo, figura uma fraude para que os governos tornem a vacinação obrigatória já que estes dispõem de dados sobre toda parcela da população sem anticorpos, obrigando-a se imunizar depois que a vacina contra a Covid-19 fosse descoberta. Tal argumento não se sustenta pelo simples fato de que, no Brasil, foi o próprio Governo Federal que recorreu à Justiça colocando em dúvida a legalidade do monitoramento das aglomerações e do deslocamento dos cidadãos (BELLINGHINI, 2020).

No que tange à negligência a respeito dos graves sintomas acarretados pela doença, os segmentos negativistas afirmam que se trata de uma “gripezinha” ou um “resfriadinho” prescrevendo até mesmo medicamentos. Segundo Bellinghini (2020), esses grupos insistem que a enfermidade do coronavírus não é grave, podendo ser curada sob os auxílios de vitamina D, alimentação saudável, exposição ao sol e com o uso da hidroxiquina. Donald Trump e Jair Bolsonaro se transformaram nos garotos-propaganda desse produto como medicamento, mas um dos assessores de Trump o desmentiu em público, e a *Food and Drug Administration* fez um alerta salientando que a droga só pode ser usada em ambientes hospitalares devido aos seus efeitos colaterais provocados em pacientes (BELLINGHINI, 2020).

A denominada “imunidade natural do rebanho” designa a asserção de que a doença deve seguir seu curso normal infectando populações já que a exposição ao coronavírus pode gerar imunidade. Uma recente pesquisa publicada na Espanha mostrou que, após os exames de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

RESISTÊNCIA À VACINA: AS POLÊMICAS DO PASSADO E DO PRESENTE
Maxmiliano Martins Pinheiro

anticorpos feitos em 61 mil espanhóis, o resultado ratificou dados divulgados em caráter preliminar que apenas 5% da população espanhola apresenta os anticorpos contra o SARS-CoV2, o que significa que a maioria da população ainda não desenvolveu a imunidade coletiva contra o vírus, podendo ocasionar um alto número de mortes (SANTINHO, 2020).

Em suma, o que diferencia a argumentação positivista dos revoltosos contra a vacinação de 1904 e dos grupos conservadores atuais é que enquanto os primeiros tinham seus embasamentos arraigados numa epistemologia científica que não concebia a microbiologia como ciência de acordo com os ditames do positivismo de Comte, que foi superada ao longo do século XX, os últimos simplesmente não possuem argumentos científicos. Possuem apenas “especulações” vindas de teorias conspiratórias que rapidamente se disseminam nessa era da pós-verdade, mas são em seguida destituídas por não terem fundamento teórico.

O fundamento “ético-político” dos segmentos bolsonaristas e ultraliberais repousa na defesa dos “direitos individuais” dos cidadãos contra a desmedida ingerência estatal em questões de saúde pública. É oportuno inserir tópicos da argumentação de Carlos A. M. Gottschall (2020), que pertença ao Instituto Mises. Primeiramente, o artigo afirma que, por causa da ausência de um método científico, a mídia orchestra um terrorismo coletivo a respeito da pandemia por meio de chavões, notícias sensacionalistas, estatísticas inseguras, uma vez que ela encontra-se desvinculada de orientação científica e pragmática (GOTTSCHALL, 2020). Gottschall não nega a emergência da vacina como possibilidade de combate ao vírus, mas advoga o confinamento parcial porque entende que nem todas as pessoas precisam ser infectadas para se tornarem imunes, assim como nem todas precisam de uma vacina. Como a parcela da população que contraiu o vírus já se encontra imune, então nem todos precisam se isolar por longo tempo (GOTTSCHALL, 2020). Tal argumento se assemelha ao do Teixeira Mendes quando este ressaltou que como nem toda a população carioca tinha contraído a varíola, em 1904, somente aos infectados deveria ser aplicada a vacina. Considerando que os infectados assintomáticos também são transmissores de vírus, logo pode ser constatada a banalidade dessas afirmações. Mas o que Gottschall realmente insiste é que o isolamento radical agride diretamente os direitos humanos, visto que a população fica sujeita a medidas discricionárias autoritárias que obrigam o confinamento, uso de máscaras, entre outras, por autoridades políticas que só visam a benefícios eleitorais, eficazes na prepotência de punir, proibir e multar (GOTTSCHALL, 2020).

Contudo, o autor ressalta que o confinamento radical imposto pelas autoridades torna uma imensa população desassistida pagar por uma conta que não é sua, resultando nas empresas falidas e no desemprego (GOTTSCHALL, 2020). Nota-se assim a falácia de um membro que pertence a um setor empresarial ultraliberal, que é o Instituto Mises, que procura “protestar em defesa de cidadãos oprimidos” quando, na verdade, ofusca seus próprios interesses já que existe uma forte possibilidade de falência de muitas empresas devido à pandemia. Gottschall nem por um instante indaga que, apesar da epidemia ser realmente uma fatalidade gerando grande crise econômica, essa adversidade decorre igualmente da falta de investimento estatal na saúde que é justamente o que



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

RESISTÊNCIA À VACINA: AS POLÊMICAS DO PASSADO E DO PRESENTE
Maxmiliano Martins Pinheiro

seu grupo apregoa. Além disso, muitos segmentos que participaram da Revolta da vacina em 1904 tinham motivo para pleitear seus direitos sociais em contraposição a um projeto autoritário, elitista e excludente, já que uma parcela da classe operária que teve suas condições de vida agravadas fazia parte do movimento. O mesmo não ocorre com Gottschalk e seu grupo de liberais que, apesar de ter o direito de se manifestar sobre qualquer questão social, não traduz os genuínos interesses dos trabalhadores. Basta compará-lo com Teixeira Mendes. Este positivista, mesmo sendo oriundo de uma classe média com certos privilégios, sobretudo na passagem do século XIX ao XX no Brasil, foi um dos pioneiros do trabalhismo ao elaborar uma legislação avançada em defesa dos operários da sua época, o que desvela sua dignidade e honestidade diante das questões de cidadania. Só esse fato o difere muito do autor do Instituto Mises cuja agremiação defende o fim dos direitos trabalhistas.

MÉTODO

Conforme foi descrito na introdução, esta pesquisa emprega uma metodologia qualitativa uma vez que seu desdobramento teórico se fundamenta nos estudos de sociólogos e historiadores, além de artigos escritos por especialistas na área médica, e das obras acerca do positivismo de Augusto Comte, incluindo o artigo de Raimundo Teixeira Mendes a despeito de sua crítica à vacinação obrigatória. Por meio dessas fontes teóricas, foi possível elucidar as diferenças entre os argumentos (e motivos) que impulsionaram as resistências do passado e do presente em relação à vacina, visto que foi constatada uma distinção nas fundamentações científicas e políticas entre os primeiros republicanos e os segmentos extremistas contemporâneos. Esses materiais bibliográficos, utilizados neste trabalho, também proporcionaram as diferenças entre os contextos históricos em que ocorreram as manifestações contra a vacinação obrigatória.

CONSIDERAÇÕES

As resistências de outrora e de hoje em torno da vacinação indicam os equívocos dos atores sociais inseridos nesses contextos. Tais incorreções resultam da intransigência de posicionamentos epistemológicos ou, por outro lado, da mera desinformação, resultando em ações políticas em nome da coletividade. No entanto, devemos atentar ao cenário histórico onde eclodem essas manifestações, assim como as motivações políticas dos atores envolvidos. Decerto a relutância dos primeiros republicanos contra a vacina figura tanto desconfiança às teorias científicas concernentes às moléstias do organismo humano, quanto à postura política do governo em impor essa medida sanitária. É fato indubitável que a eficácia da vacinação até o início do século XX não era um consenso social, embora as experiências posteriores atestassem tal segurança. Com efeito, os atritos entre os positivistas (assim como outros segmentos republicanos) e a medicina sanitária da época (que teve Oswaldo Cruz como principal expoente) se debruçavam num choque entre paradigmas científicos, que mais tarde mostraram que os médicos sanitaristas estavam certos quanto à eficácia da vacina. Por outro lado, cumpre destacar a inexperiência e truculência dos profissionais de saúde



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

RESISTÊNCIA À VACINA: AS POLÊMICAS DO PASSADO E DO PRESENTE
Maximiliano Martins Pinheiro

dessa época, que atuavam como “brigadas sanitárias”, sobretudo em relação aos estratos mais periféricos da população. Ora, os movimentos antivacina da contemporaneidade não possuem os mesmos fundamentos racionais dos grupos de outrora. Primeiramente, deve-se ressaltar que a eficácia da vacina foi comprovada desde os períodos das guerras no século XX, o que indica os embasamentos superficiais e conspiratórios desses segmentos contestadores. Neste sentido, não há qualquer indício de choque entre paradigmas científicos. Além disso, as motivações políticas dos primeiros republicanos contra a vacinação tinham fundamento real, pois o processo urbanístico do Rio de Janeiro assumiu um curso bem autoritário na sanitização e remodelamento da cidade. Tal justificativa não se verifica nos grupos antivacina da atualidade que se valem da premissa da “perda do emprego por causa do fechamento das empresas” apenas para efetuarem a produção capitalista. Essas diferenças entre as manifestações do passado e do presente precisam ser sublinhadas a fim de não incorreremos no perigo de colocar todas as lutas em prol da cidadania no lugar-comum da banalidade.

REFERÊNCIAS

- BELLINGHINI, Ruth Helena. “Antivacinas e antiquarentena se encontram no negativismo científico”. **Questão de Ciência**, 1 maio 2020. Disponível em: www.revistaquestaodeciencia.com.br/artigo/2020
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GOTTSCHALL, Carlos A. M. “Coronavírus: muitos erros, nenhum acerto, e o paroxismo da estupidez”. **Mises do Brasil**, 03 jul. 2020. Disponível em: www.mises.org.br/article/3264
- LACERDA, Gustavo Biscaia de. **Laicidade na I República Brasileira: Os Positivistas Ortodoxos**. Curitiba: Appris, 2016.
- LEVY-BRUHL, Lucien. **The Philosophy of Auguste Comte**. New York: JCGtessing, 2019.
- MARITAIN, Jacques. **A Filosofia Moral**. Rio de Janeiro: Agir, 1973.
- MENDONÇA, Maria Gusmão de. **Progresso e Autoritarismo no Brasil**. São Paulo: Pensieri, 1992.
- SANTINHO, Renato. “Estudo conclui que imunidade ‘de rebanho natural’ contra Covid-19 é inviável”. **Olhar Digital**, 05 mar. 2019. Disponível em: www.olhardigital.com.br/coronavirus/noticia/estudo
- TEIXEIRA MENDES, Raimundo. **Contra a vacinação obrigatória**. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1904.